

RESULTADOS  
2025



ÂNGULO 45 EMPREENDIMENTOS S/A  
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da ÂNGULO 45 EMPREENDIMENTOS S/A

ÂNGULO 45 EMPREENDIMENTOS S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	369	59
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	862	-
Clientes	5	1.299	2.813
Tributos a recuperar	6	564	543
Outros créditos		913	332
<b>Total do circulante</b>		<b>4.007</b>	<b>3.747</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	6	129	-
Créditos tributários	7	-	1.030
		<b>129</b>	<b>1.030</b>
Direito de uso	10	1.983	2.872
Imobilizado	9	75.592	78.981
<b>Total do não circulante</b>		<b>77.704</b>	<b>82.883</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>81.711</b>	<b>86.630</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÂNGULO 45 EMPREENDIMENTOS S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		54	211
Empréstimos e financiamentos	11	1.731	1.685
Impostos e contribuições sociais		61	8
Arrendamentos operacionais	12	73	348
Outros passivos		239	77
<b>Total do circulante</b>		<b>2.158</b>	<b>2.329</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	20.563	21.727
Arrendamentos operacionais	12	2.145	2.788
Provisões para desmobilização	9	8.674	8.674
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	122	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>31.504</b>	<b>33.189</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	13.1	54.023	22.393
Prejuízos acumulados	13.1	(6.154)	(2.911)
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	180	31.630
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>48.049</b>	<b>51.112</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>81.711</b>	<b>86.630</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNGULO 45 EMPREENDIMENTOS S/A  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	14	8.051	8.566
Custo do serviço de energia elétrica	15	(5.572)	(6.150)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.479</b>	<b>2.416</b>
Despesas gerais e administrativas	15	(2.520)	(544)
Outras receitas/despesas		-	(695)
Equivalência patrimonial		-	(33)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras</b>		<b>(41)</b>	<b>1.144</b>
Receitas financeiras	16	87	391
Despesas financeiras	16	(2.144)	(6.672)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(2.057)</b>	<b>(6.281)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(2.098)</b>	<b>(5.137)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	(1.145)	1.377
<b>(Prejuízo) do exercício</b>	17	<b>(3.243)</b>	<b>(3.760)</b>
<b>(Prejuízo) básico por ação - R\$</b>	17	<b>(0,15)</b>	<b>(314,30)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNGULO 45 EMPREENDIMENTOS S/A  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício	17	(3.243)	(3.760)
<b>Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos</b>		<b>(3.243)</b>	<b>(3.760)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**ÂNGULO 45 EMPREENDIMENTOS S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>		<b>38.117</b>	-	<b>849</b>	<b>38.966</b>
Redução de capital social conforme AGO de 01 de julho de 2024	13.1	<b>(15.724)</b>	-	-	<b>(15.724)</b>
Prejuízo do exercício		-	-	(3.760)	<b>(3.760)</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	31.630	-	<b>31.630</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>22.393</b>	<b>31.630</b>	<b>(2.911)</b>	<b>51.112</b>
Aumento de capital social conforme AGOE de 29/04/2025	13.1	31.630	(31.630)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(3.243)	(3.243)
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	-	180	-	180
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>54.023</b>	<b>180</b>	<b>(6.154)</b>	<b>48.049</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNGULO 45 EMPREENDIMENTOS S/A  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>			
(Prejuízo) do exercício	17	(3.243)	(3.760)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	7	1.145	(1.377)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais		2.150	6.264
Depreciação	15	2.917	2.676
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	15	2.208	-
Equivalência Patrimonial		-	33
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Clientes		(935)	(1.233)
Tributos a recuperar		(150)	(304)
Outros créditos		(581)	(178)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		(157)	168
Folha de pagamento		-	(4)
Tributos e contribuições sociais		597	1.075
Outras contas a pagar		75	77
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>4.026</b>	<b>3.437</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aumento de capital, compra de ações de subsidiárias e outros investimentos		-	(6.040)
Aplicações financeiras e recursos vinculados		(799)	-
Aplicações no imobilizado e intangível	9 e	-	(1.980)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	10	-	5
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(799)</b>	<b>(8.015)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Pagamentos de empréstimos e debêntures - principal e juros	11	(2.777)	(36.665)
Pagamento arrendamento mercantil		(320)	-
Recursos destinados a aumento de capital		180	31.630
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento</b>		<b>(2.917)</b>	<b>(5.035)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>310</b>	<b>(9.613)</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4.1	59	9.672
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4.1	369	59
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>310</b>	<b>(9.613)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Ângulo45 Empreendimentos S/A**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o**  
**exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

## 1. Contexto operacional

---

A Ângulo45 Empreendimentos S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Uberlândia, no estado de Minas Gerais e tem como objeto a atuação no setor de energias renováveis com destaque para o segmento de energia solar fotovoltaica. Sua atuação abrange geração e a comercialização de energia elétrica como produtor independente pelo desenvolvimento, implantação e exploração comercial de usinas fotovoltaicas, podendo exercer tais atividades mediante a locação de máquinas e equipamentos.

A Companhia possui cinco usinas fotovoltaicas em operação, distribuídas entre as regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. No estado de São Paulo, região Sudeste, estão localizadas as usinas de Cafelândia, no município de Cafelândia, com potência instalada de 2.000 kW; Cumbica, no município de Guarulhos, com 2.200 kW; e Pongaí, no município de Pongaí, com 2.000 kW. Na região Nordeste, a usina de Mata Roma, situada no município de Mata Roma, no estado do Maranhão, conta com 3.600 kW, enquanto a usina de Oeiras, no município de Oeiras, no estado do Piauí, possui a maior capacidade entre elas, com 5.000 kW.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

---

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS – Accounting Standards” emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram elaboradas com base no custo histórico.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 05 – Clientes: Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD);
- II. Nota explicativa nº 7 – Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
- III. Nota explicativa nº 9 – Imobilizado: previsão da vida útil dos ativos e previsão de desmobilizações.

### 3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### 3.1 Políticas contábeis materiais

**a) Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**b) Clientes** – referem-se as faturas de aluguel de quotas de usinas fotovoltaicas, sendo reconhecido quando faturado o contrato. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

**c) Tributos a recuperar** – referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

**d) Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** – os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos são contabilizados no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, hipótese em que o tributo diferido é igualmente reconhecido no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável

de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza;

**e) Investimentos** - os investimentos em controladas, direta e indireta, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço;

**f) Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado (nota explicativa nº 9).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente;

#### **Desmobilização dos ativos fotovoltaicos:**

Considerando que os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno e assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmobilização de Ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

**g) Empréstimos e financiamentos** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

**h) Direito de uso e Passivo de arrendamento** - Os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2) (IFRS 16), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

**i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulante** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

**j) Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação

presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

**k) Receita operacional** – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços, sendo composta em sua grande maioria de contratos com clientes. A sua satisfação das obrigações de desempenho é avaliada e mensurada a cada contrato com o cliente. A Companhia somente reconhece as receitas oriundas desses contratos na medida em que haja o cumprimento da obrigação de desempenho implícita em cada contrato.

O CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com o cliente estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de locação de usinas fotovoltaicas, é reconhecida mensalmente com base no valor das faturas de locação emitidas e enviadas aos clientes finais. É feito um cálculo sobre a geração de créditos de energia da usina no mês e as faturas são calculadas com base em um percentual de cada cliente consome na usina conectada; e

#### **l) Instrumentos financeiros:**

##### **Ativos financeiros:**

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e

suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

**Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:**

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 5; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - Nota explicativa nº 20.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de consumidores e concessionárias a Companhia realiza duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva.

Para ativos de contratos, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base.

**Passivos financeiros:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2025, compreendem

empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

<p><b>Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b></p>	<p>Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.</p>
<p><b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b></p>	<p>Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.</p>

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

#### **Compensação de instrumentos financeiros:**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 20, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

### 3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board.

#### (i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

#### (ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

#### 4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras no mercado aberto

##### 4.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em dezembro de 2025 equivale a 87,0% do CDI.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	218	41
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata:</b>		
Operações Compromissadas <sup>(1)</sup>	151	18
<b>Total caixa e equivalentes de caixa - circulante</b>	<b>369</b>	<b>59</b>

<sup>(1)</sup> As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

##### 4.2 Aplicações financeiras no mercado aberto

	2025
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	
<b>Fundos de investimentos exclusivos <sup>(1)</sup></b>	
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1
Compromissadas	65
Fundo multimercado	95
Fundo de renda fixa	458
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	106
Letra Financeira (LF)	101
Nota de Crédito (NC)	1
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	16
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	19
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados</b>	<b>862</b>

<sup>(1)</sup> Fundos de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 100,3% do CDI.

#### 5. Clientes

	2025	2024
Contas a receber de clientes (serviços de locação)	1.747	2.813
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(448)	-
<b>Total - circulante</b>	<b>1.299</b>	<b>2.813</b>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos:

	2025	2024
A vencer	507	1.071
Vencidos entre 0 e 60 dias	231	333
Vencidos entre 61 e 180 dias	561	1.149
Vencidos a mais de 180 dias	448	260
<b>Total</b>	<b>1.747</b>	<b>2.813</b>

## 6. Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3	120
Contribuições ao PIS e à COFINS	188	188
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	491	224
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	11	11
<b>Total</b>	<b>693</b>	<b>543</b>
<b>Circulante</b>	<b>564</b>	<b>543</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>129</b>	<b>-</b>

## 7. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Prejuízos fiscais	2.031	2.031
Base negativa da contribuição social	731	731
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>2.762</b>	<b>2.762</b>
<b>Passivo</b>		
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	(2.121)	(1.274)
Contribuição social	(763)	(458)
<b>Total - passivo não circulante</b>	<b>(2.884)</b>	<b>(1.732)</b>
<b>Total líquido - ativo (passivo) não circulante</b>	<b>(122)</b>	<b>1.030</b>

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	8.124	2.762	8.124	2.762
Provisão para IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	(2.680)	(911)	(2.680)	(911)
Depreciação acelerada	(5.803)	(1.973)	(2.414)	(821)
<b>Total líquido - ativo (passivo) não circulante</b>	<b>(359)</b>	<b>(122)</b>	<b>3.030</b>	<b>1.030</b>

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

	Realizações de créditos fiscais
2027	261
2028	466
2029	542
2030	731
2031 a 2033	762
<b>Total</b>	<b>2.762</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(2.098)	(5.137)
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais</b>	<b>713</b>	<b>1.747</b>
<b>Ajustes:</b>		
Resultado de equivalência patrimonial	-	(11)
Créditos tributários não constituídos no exercício	(1.626)	(359)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(232)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.145)</b>	<b>1.377</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>54,58%</b>	<b>26,80%</b>

## 8. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Ângulo 45 Participações S/A que detém 100,0% do capital total.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (despesas) <sup>(1)</sup>	Recursos destinados a futuro aumento de capital <sup>(2)</sup>
Ângulo Participações S.A	(13)	(180)
<b>2025</b>	<b>(13)</b>	<b>(180)</b>
<b>2024</b>	<b>-</b>	<b>(31.630)</b>

(1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas:** referem-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi firmado em 01 de janeiro de 2025 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

(2) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

## 9. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Imobilizado	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2024	Depreciação <sup>(1)</sup>	Saldos em 2025
<b>Em serviço</b>				
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	4,00%	84.399	-	84.399
<b>Total em serviço</b>		<b>84.399</b>	<b>-</b>	<b>84.399</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Máquinas e equipamentos		(5.418)	(3.389)	(8.807)
<b>Total depreciação acumulada</b>		<b>(5.418)</b>	<b>(3.389)</b>	<b>(8.807)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>78.981</b>	<b>(3.389)</b>	<b>75.592</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>78.981</b>	<b>(3.389)</b>	<b>75.592</b>

	Taxa média anual de depreciação (%)	Saldos em 2023	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação <sup>(1)</sup>	Saldos em 2024
<b>Em serviço</b>							
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	4,00%	47.722	153	36.532	(8)	-	84.399
<b>Total em serviço</b>		<b>47.722</b>	<b>153</b>	<b>36.532</b>	<b>(8)</b>	<b>-</b>	<b>84.399</b>
Depreciação acumulada		-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos		(2.264)	-	-	3	(3.157)	(5.418)
<b>Total depreciação</b>		<b>(2.264)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>(3.157)</b>	<b>(5.418)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>45.458</b>	<b>153</b>	<b>36.532</b>	<b>(5)</b>	<b>(3.157)</b>	<b>78.981</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>34.705</b>	<b>1.827</b>	<b>(36.532)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>80.163</b>	<b>1.980</b>	<b>-</b>	<b>(5)</b>	<b>(3.157)</b>	<b>78.981</b>

(1) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre depreciação dos bens e equipamentos no montante de R\$537 (R\$585 em 2024).

(2) Inclui R\$8.674 (R\$8.674 em 2024) deduzidos de Ajuste a Valor Presente, de valores estimados com a desmobilização dos ativos de geração que serão incorridos pela Companhia na desmontagem de equipamentos e recuperação e restauração do sítio onde se encontram instalados as Usinas quando do encerramento dos contratos. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração. A provisão é reconhecida no passivo não circulante, sendo revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida ao custo do ativo.

## 10. Intangível – Direito de Uso

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2024	Baixas	Amortização	Saldos em 2025
<b>Direito de Uso - Imóveis</b>					
Custo:	3,43%	3.032	(984)	-	2.048
Amortização Acumulada		(160)	160	(65)	(65)
<b>Total do Intangível – Direito de Uso</b>		<b>2.872</b>	<b>(824)</b>	<b>(65)</b>	<b>1.983</b>

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Saldos em 2024
<b>Direito de Uso - Imóveis</b>					
Custo:	3,43%	2.957	75	-	3.032
Amortização Acumulada		(56)	-	(104)	(160)
<b>Total do Intangível – Direito de Uso</b>		<b>2.901</b>	<b>75</b>	<b>(104)</b>	<b>2.872</b>

## 11. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária e custos	Saldos em 2025
<b>Moeda Nacional</b>					
Pré Fixado	11.369	(806)	(273)	273	10.563
Pós Fixado					
IPCA	12.299	(896)	(802)	1.351	11.952
<b>(-) Custo com captação</b>	<b>(256)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35</b>	<b>(221)</b>
<b>Total moeda nacional</b>	<b>23.412</b>	<b>(1.702)</b>	<b>(1.075)</b>	<b>1.659</b>	<b>22.294</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.685</b>				<b>1.731</b>
<b>Não circulante</b>	<b>21.727</b>				<b>20.563</b>

	Saldos em 2023	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária e custos	Saldos em 2024
<b>Moeda Nacional</b>					
Pré Fixado	12.177	(806)	(295)	293	11.369
Pós Fixado					
IPCA	12.568	(852)	(824)	1.407	12.299
(-) Custo com captação	(280)	-	-	24	(256)
<b>Total moeda nacional</b>	<b>24.465</b>	<b>(1.658)</b>	<b>(1.119)</b>	<b>1.724</b>	<b>23.412</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.092</b>				<b>1.685</b>
<b>Não circulante</b>	<b>22.373</b>				<b>21.727</b>

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros (%a.a.)	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros	Garantias <sup>(2)</sup>	Covenants
	2025	2024						
BNDES - 22.9.0108-1 SUBCREDITO A	10.563	11.369	PRÉ 2,52%	jan-39	Mensal a partir de set/26	2,52%	F	N/A
BNDES - 22.9.0108-1 SUBCREDITO B	11.952	12.299	IPCA + 5,23% + 1,50%	jan-39	Mensal a partir de set/26	10,99%	F	N/A
(-) Custo com captação	(221)	(256)						
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>22.294</b>	<b>23.412</b>						

(1) F = Fiança Bancária

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2025	2024
IPCA	4,26%	4,83%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	1.702
2028	1.702
2029	1.702
2030	1.702
Após 2030	13.755
<b>Total</b>	<b>20.563</b>

## 12. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias. A movimentação no exercício é demonstrada abaixo:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva (% a.a.)	Saldos em 2024	Amortização	Baixa	Juros	Saldos em 2025
Passivo de arrendamento	21	9,62%	3.136	(320)	(911)	313	2.218
<b>Total</b>			<b>3.136</b>	<b>(320)</b>	<b>(911)</b>	<b>313</b>	<b>2.218</b>
<b>Circulante</b>			<b>348</b>				<b>73</b>
<b>Não circulante</b>			<b>2.788</b>				<b>2.145</b>

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva (% a.a.)	Saldos em 2023	Amortização	Juros	Saldos em 2024
Passivo de arrendamento	21	9,62%	3.031	(341)	446	3.136
<b>Total</b>			<b>3.031</b>	<b>(341)</b>	<b>446</b>	<b>3.136</b>
<b>Circulante</b>			<b>341</b>			<b>348</b>
<b>Não circulante</b>			<b>2.690</b>			<b>2.788</b>

Em 31 de dezembro de 2025, os valores de passivo de arrendamento, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	79
2028	79
2029	79
2030	79
2031	79
Após 2031	1.750
<b>Total</b>	<b>2.145</b>

## 13. Patrimônio líquido

### 13.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$54.023 (R\$22.393 em 2024) e está representado por 31.641.963 (11.963 em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2025, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$31.630 mediante a emissão de 31.630.000 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, passando o capital social de R\$22.393, para R\$54.023.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Ângulo45 Participações S.A., mediante capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2024, conforme devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia.

### 13.2 Prejuízos acumulados

Em 2025, o montante de prejuízos acumulados foi de R\$3.243 (R\$3.760 em 2024).

#### 14. Receita Operacional Líquida

	2025	2024
<b>Receita operacional bruta</b>		
Locação sistema fotovoltaico	8.872	9.483
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>8.872</b>	<b>9.483</b>
Deduções à receita operacional		
PIS	(147)	(163)
COFINS	(674)	(754)
<b>Total das deduções à receita operacional</b>	<b>(821)</b>	<b>(917)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>8.051</b>	<b>8.566</b>

#### 15. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

	Custo do serviço		Despesas Operacionais		Total	
	Prestado a terceiro		Gerais e administrativas		2025	2024
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	2.359	-	-	-	2.359	2.290
Pessoal e administradores	1	345	345	346	346	102
Benefícios pós emprego	-	3	3	3	3	-
Material	-	2	2	2	2	13
Serviços de terceiros	19	41	41	60	60	1.173
Depreciação e amortização	2.662	255	255	2.917	2.917	2.676
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	2.208	2.208	2.208	2.208	-
Outras	531	(334)	(334)	197	197	440
<b>Total</b>	<b>5.572</b>	<b>2.520</b>	<b>2.520</b>	<b>8.092</b>	<b>8.092</b>	<b>6.694</b>

#### 16. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	63	345
Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(5)	-
Outras receitas financeiras	29	46
<b>Total receita financeira</b>	<b>87</b>	<b>391</b>
Encargos de dívidas - juros	(1.119)	(6.140)
Encargos de dívidas - variação monetária	(540)	(118)
Ajuste a Valor Presente	(241)	(6)
Despesas Bancárias/IOF	(224)	(206)
Outras despesas financeiras	(20)	(202)
<b>Total despesa financeira</b>	<b>(2.144)</b>	<b>(6.672)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(2.057)</b>	<b>(6.281)</b>

## 17. Prejuízo por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações em circulação.

	2025	2024
<b>Numerador</b>		
(Prejuízo) exercício	(3.243)	(3.760)
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada do número de das ações ordinárias	21.099	12
(Prejuízo) básico por ação em Reais - R\$	<b>(0,15)</b>	<b>(314,30)</b>

## 18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalente de caixa	1	369	369	59	59
Clientes	1	1.299	1.299	2.813	2.813
		<b>1.668</b>	<b>1.668</b>	<b>2.872</b>	<b>2.872</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	862	862	-	-
		<b>862</b>	<b>862</b>	-	-

	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores	1	54	54	211	211
Empréstimos e financiamentos	1	22.294	22.294	23.412	23.412
		<b>22.348</b>	<b>22.348</b>	<b>23.623</b>	<b>23.623</b>

### Administração financeira de risco

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de

Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da controladora Energisa S/A) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2025	2024
Dívida <sup>(1)</sup>	22.294	23.412
Caixa e equivalentes de caixa	(369)	(59)
Dívida líquida	<b>21.925</b>	<b>23.353</b>
Patrimônio líquido <sup>(2)</sup>	48.049	51.112
Índice de endividamento líquido	<b>0,46</b>	<b>0,46</b>

<sup>(1)</sup> A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 12.

<sup>(2)</sup> O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

#### a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		54	-	-	-	-	54
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	7,35%	1.375	1.371	5.476	8.120	18.104	34.446
<b>Total</b>		<b>1.429</b>	<b>1.371</b>	<b>5.476</b>	<b>8.120</b>	<b>18.104</b>	<b>34.500</b>

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

#### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber de clientes relativos às transações de venda de sistema fotovoltaico, prestação de serviços e locação, sendo esse risco administrado através de rigoroso processo de análise da carteira de clientes.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2025	2024
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	369	59
Clientes	5	1.299	2.813

### c) Risco da taxa de juros

#### Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos e em função de não ter passivos indexados à taxa de juros variável, a sua oscilação não deteriora o resultado da Companhia.

#### a) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2025 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) <sup>(1)</sup>	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros ativos:</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	862	Baixa CDI	106	133	
Empréstimos e financiamentos	(11.952)	Alta IPCA	(509)	(636)	(764)
Subtotal <sup>(2)</sup>	(11.952)		(509)	(636)	(764)
<b>Total -perdas <sup>(2)</sup></b>	<b>(11.090)</b>		<b>(403)</b>	<b>(503)</b>	<b>(605)</b>

159

<sup>(1)</sup> Considera o CDI de 31 de dezembro de 2026 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2025, IPCA 4,26%.

<sup>(2)</sup> Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$10.563

## 19. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, é o que segue:

Descrição	2025	2024
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aumento/ Redução de capital	31.630	15.724

# **Ângulo45 Empreendimentos S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2025 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da  
Ângulo45 Empreendimentos S.A.  
Uberlândia - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ângulo45 Empreendimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ângulo45 Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC nº 1 RJ 065976/O-4